

dos quais o mais importante ficou sendo o *Anuário da Província do Rio Grande do Sul*, que se iniciou em 1885, redigido por Graciano Alves de Azambuja, com poesias, contos, biografias, aspectos do céu, calendário, datas cívicas e religiosas, charadas, informações comerciais e agrícolas, etc. Rebatizado, em 1892, como *Almanaque do Estado*, continuou dirigido por Graciano até 1910 e circulou até 1914.

Em Pernambuco, com circulação nas províncias do norte, teve voga o almanaque organizado por Júlio Pires Ferreira. Depois, cada província teve o seu, e até mais de um: o de Alagoas começou em 1870. O mais conhecido foi, entretanto, o *Almanaque Laemmert*, que sobreviveu à casa que o lançou e chegou a 1930. Alguns jornais tentaram manter almanaques, e uns poucos realmente os mantiveram; na maioria dos casos, porém, a iniciativa não foi adiante. O *Estado de São Paulo*, por exemplo, lançou, em 1896, um almanaque, organizado por Francisco Gaspar, para distribuir como prêmio aos assinantes, retomando a tentativa por duas vezes, e já em fase histórica diferente, em 1916 e em 1940, sempre sem sucesso. Em 1897, no Rio, aparecia o *Anuário Ilustrado do Jornal do Brasil*, com 553 páginas, vendido a 3\$000. Também não durou. O almanaque correspondia e, portanto, se adequava, a uma fase de precariedade das técnicas de impressão, ainda impreparada para fazer o livro: era o livro de um país que não tinha ainda público para suportar a impressão de livros.

As editoras brasileiras, na segunda metade do século XIX, quando começou a existir público para a literatura, e ainda bastante limitado, mandavam imprimir no exterior, em Portugal, na França, na Alemanha. Essa norma entrou pelo século XX adentro. A impressão de livros aqui era exceção e não regra; assim acontecendo mesmo com os didáticos: a casa Alves, monopolizadora do livro escolar, mandava fazer no exterior o grosso de sua produção. Ao lado do almanaque — mais tarde substituído pelos das farmácias e pelas folhinhas — surgiram, pelos mesmos motivos, produtos gráficos rudimentares: o mais comum foi o opúsculo, folheto impresso que permitia a circulação de alguma coisa que não pretendia ou não podia chegar a ser livro, não almejava a sua duração. Em opúsculos apareceram alguns dos trabalhos mais conhecidos na segunda metade do século: os de Sales Torres Homem, de Ferreira Viana, de Justiniano José da Rocha, de Teófilo Otoni. O *Libelo de Timandro*, a *Conferência dos Divinos*, *Ação*, *Reação*, *Transação* e a *Circular aos Eleitores* conquistaram público e passaram o tempo, revivendo em reedições. Marcava essas produções o sentido de transitoriedade, — que não mereciam, aliás, pois constituem preciosos documentos de uma época.

O grande público iria sendo lentamente conquistado para a literatura